

COMUNICADO DA D.G.P.

Como é do conhecimento geral a DGP foi convidada pela RTP a participar no Último Teledomingo onde seriam debatidos vários problemas referentes ao Ensino Superior em Portugal. Embora conscientes de que a televisão, como os restantes meios de informação e comunicação não é neutra, mas está ao serviço do modo de pensar e de encarar o mundo por parte da classe dominante, consideramos como justo o aproveitamento da legalidade democrático-burguesa no sentido da mais ampla divulgação das posições progressistas e revolucionárias.

Como se previa um dos pontos importantes que iriam ser discutidos nesta mesa redonda seria o problema do serviço cívico, institucionalizado por decreto nas férias do Natal. Embora em Coimbra o Serviço Cívico ainda não tivesse sido alvo de uma ampla discussão, achámos que deveria aí ser referida a posição da DGP face a esta questão.

O que se passou durante o programa foi evidente para todos os espectadores. Afinal a censura na RTP ainda não acabou como pretendem fazer crer todos os políticos burgueses com assento no Governo Provisório. Agora é feita descaradamente aos olhos de toda a gente. Um tal Letria, locutor de profissão, foi hábil, ou não fosse pago para tal, em boicotar todas as intervenções desfavoráveis ao Serviço Cívico proposto pelo MEC. A discussão política sobre este assunto era imediatamente interrompida sob vários pretextos e a palavra dada aos membros do Governo presentes ou então aos convidados reformistas que lá tinham poisado, quais aves agourentas, com o seu habitual servilismo a tudo o que vem do MEC, com os seus ataques demagógicos, aqui sem hipóteses de resposta, às posições progressistas, com as suas picuinhas costumeiras. Afinal a R.T.P. pretendia mostrar ao país as várias posições existentes face a este problema ou pretendia apenas que as favoráveis lá fossem tratadas?

Para culminar todo este espectáculo de "democracia" com que a burguesia presenteou o Povo português neste domingo à noite, tivemos a intervenção do capitão Costa Martins, que após assistir, sem reacção, ao boicote descarado às posições progressistas, vem tentar salvar demagógicamente aquilo que já tinha ficado claro para toda a gente: que a democracia só existe para quem estiver disposto a apoiar sem reservas as posições reaccionárias do MEC e do Governo Provisório. É assim que propõe, como recompensa, aqueles que não tiveram oportunidade de expor claramente as suas posições ao Povo português que passem pelo seu gabinete para lhe apresentarem pessoalmente as suas razões.

Entendemos que o que se passou não é um acto isolado, mas vem no seguimento lógico de toda uma série de medidas anteriormente tomadas, como foi o caso da campanha de calúnias e deturpação em relação à demissão da Direcção reformista levada a cabo pelos órgãos de informação e apoiada pelo ministro Cunhal num comício da UEC em Lisboa. Pretende-se, desta forma, isolar as lutas revolucionárias dos estudantes das lutas mais gerais do povo português através dos estafados slogans acerca de "acções aventureiristas dos grupos de radicais pequeno-burgueses".

Entende a Direcção Geral Provisória que o problema da superlotação das escolas não é resultado do 25 de Abril, nem radica na falta de professores e de instalações, como pretende fazer crer o MEC. Por um lado, já no tempo do fascismo se colocava esta questão (a reforma Veiga Simão previa a abertura de novas escolas em vários pontos do país), sendo as suas consequências atenuadas pelos intensos ritmos de trabalho, pelos rigorosos métodos se lectivos impostos pelo regime e pelo escoamento para a guerra colonial de um elevado número de estudantes.

A questão da superlotação não é portanto uma questão nova. Ela está intimamente relacionada com o funcionamento anárquico do sistema capitalista, com a falta de planificação orientada no sentido da formação de quadros destinados a assegurar o desenvolvimento da economia segundo as necessidades

das massas populares e com vista ao aumento do seu bem-estar e das suas condições de vida. Os quadros de que a burguesia portuguesa necessita para a sua "reconstrução nacional" destinam-se, pelo contrário, a servir os objectivos da lógica fundamental de qualquer sistema capitalista: a obtenção do máximo lucro.

É por esta razão que tem que existir um controle selectivo tanto à entrada como à saída das Escolas, de molde a permitir que os indivíduos formados nas Universidades estejam suficientemente bem apetrechados para responder às necessidades impostas pelo desenvolvimento do Capital.

Intimamente ligado com o problema da superlotação surge a proposta do Serviço Cívico apresentada pelo MEC, que a tenta fazer passar por uma medida progressista, dentro de um quadro geral de uma sociedade em transformação, que se encaminha para o socialismo, como nos pretendem fazer crer os reformistas. A isto nós respondemos que o 25 de Abril longe de solucionar os graves problemas com que se debate o capitalismo português, só os veio agravar. A crise, resultado do poder intacto dos proprietários das grandes terras, dos monopólios e do imperialismo, tem como consequência o deterioramento da condição de vida das massas populares e o alargamento do exército industrial de reserva (desempregados).

Nestas condições, propor aos estudantes trabalho na construção civil na abertura de estradas, na construção de casas, etc., é o mesmo que lhes propor um boicote à luta dos trabalhadores pelo direito ao trabalho.

Por estas razões e porque os estudantes sempre orientaram as suas lutas contra a selecção burguesa no ensino e segundo uma perspectiva de solidariedade activa com a luta dos trabalhadores, entendemos que é justa a recusa ao Serviço Cívico proposto pelo MEC, e a entrada de todos os estudantes na Universidade.

Para além disso, pensamos que aqueles que não hesitaram em enviar o COPCON para travar as justas lutas da TAP, do Jornal do Comércio e da Lisnave, também não hesitariam em servir-se dos estudantes com os mesmos objectivos.

Consideramos, no entanto, como justa a aspiração da grande maioria dos estudantes a um ensino ligado à prática e ao contacto directo com a vida, necessidades e lutas do Povo português. Esta aspiração e as lutas que se desencadearam dentro do seu âmbito foram sempre ferozmente reprimidas pela ditadura fascista, disposta a impedir a todo o custo a mínima ligação entre os estudantes e o povo. Embora seguros de que isso só poderá ser plenamente realizado numa sociedade em que o poder económico e o poder político estejam nas mãos dos trabalhadores, entendemos que devemos avançar na luta por esses objectivos aproveitando-nos das condições mais favoráveis existentes na actual democracia burguesa.

Assim, entendemos que, por exemplo em medicina, todos os estudantes deveriam realizar inquéritos junto das massas populares para, através do conhecimento das suas condições de vida, de trabalho, higiénicas, etc. poderem estar aptos a encontrar e a justificar as razões mais profundas das suas doenças. Este mesmo trabalho poderia também ser desenvolvido a nível dos hospitais em aprendizagem com os próprios doentes.

No caso de engenharia, pensamos que se deveriam formar brigadas destinadas a realizar estatísticas industriais, que permitissem avaliar as condições em que as máquinas se encontram e da segurança que oferecem para os trabalhadores. Poder-se-iam fazer levantamentos topográficos com vista a averiguar a situação de determinadas regiões no que respeita à distribuição de água e electricidade, à rede de esgotos, ao estado das estradas, etc.

Achamos, no entanto, que devia competir aos estudantes decidir das tarefas a realizar, tendo em conta a situação concreta de cada escola, assegurando-se porém a participação de todos em brigadas destinadas a cumprir estes objectivos.

Entendemos também que todos os estudantes se deveriam organizar a partir das escolas para dar um apoio activo à luta dos trabalhadores.

No momento actual acentuam-se as contradições dentro do aparelho de Estado e as contradições que opõem o proletariado à burguesia. Assim, a luta de classes tende a agudizar-se, à semelhança do que já aconteceu várias vezes após o 25 de Abril. Os estudantes poderiam ser um veículo de divulgação dessas lutas ao nível da população em geral, desmistificando as deturpações da imprensa burguesa, formando caixas de solidariedade e apoio a trabalhadores em greve, organizando a participação massiva em manifestações.

Além disso, achamos correcto a realização de serviços como assistência a creches e infantários, o auxílio a camponeses pobres que não explorem assalariados, etc.

Estas tarefas seriam realizadas por todos os estudantes e não apenas pelos candidatos ao 1º ano, e permitir-nos-iam não só uma maior ligação da teoria à prática e um maior contacto com a vida e luta dos trabalhadores, como também um completo desmascaramento de toda a campanha de calúnias que o Governo e os partidos da coligação têm tentado ultimamente lançar sobre os estudantes, dizendo que estes nada querem fazer, que querem é boa vida, etc, no sentido de isolar a sua luta revolucionária.

Em várias reuniões já realizadas, o serviço cívico proposto pelo MEC tem sido posto em causa. Assim em R.G.A. da Faculdade de Ciências e Tecnologia, depois de larga discussão, foi recusado por esmagadora maioria. De seguida foi aprovado a entrada imediata dos novos alunos. Várias propostas, que não foram ainda votadas, referem-se à necessidade da saída organizada e rotativa de todos os estudantes para uma melhor ligação da realidade do país e da situação dos trabalhadores com os estudos teóricos que aprendemos nas escolas. Em Medicina também foi discutido, sem que no entanto algo fosse votado. Em Direito, a questão do Serviço Cívico foi abordada em várias reuniões de curso.

Torna-se absolutamente necessário que este problema seja amplamente discutido em todas as escolas e por isso apelamos a todos os estudantes para que compareçam nas próximas reuniões de modo a que sejam tomadas posições firmes e inequívocas face a esta medida anti-popular do MEC.

Coimbra, 15 de Janeiro de 1975

DIRECCÃO GERAL PROVISÓRIA